

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Isabela Machado Vicenzi

**O Papel de Carmen Miranda na Relação Bilateral entre Brasil e Estados Unidos  
de 1930 a 1945.**

Florianópolis

2022

Isabela Machado Vicenzi

**O Papel de Carmen Miranda nas Relações Bilaterais entre Brasil e Estados Unidos de  
1930 a 1945.**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em  
Relações Internacionais do Centro Sócio Econômico da  
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito  
para a obtenção do título de Bacharel em Relações  
Internacionais

Orientador: Prof. Daniel Ricardo Castelan.

Florianópolis

2022

### Ficha de identificação da obra

Vicenzi, Isabela Machado

O Papel de Carmen Miranda na Rleação Bilaretal entre Brasil e Estados Unidos de 1930 a 1945 / Isabela Machado Vicenzi ; orientador, Daniel Ricardo Castelan, 2022.

40 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa. 3. Cultura e Relações Internacionais. 4. Carmen Miranda e Relações Internacionais. I. Castelan, Daniel Ricardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Isabela Machado Vicenzi

**O Papel de Carmen Miranda nas Relações Bilaterais entre Brasil e Estados Unidos de 1930 a 1945.**

Florianópolis, 20 de Julho de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Daniel Ricardo Castelan  
Instituição UFSC

Prof. Marcos Alves Valente  
Instituição UFSC

Profa. Tereza Virgínia de Almeida  
Instituição UFSC

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

---

Prof. Daniel Ricardo Castelan  
Orientador

Florianópolis, 2022.

Este trabalho é dedicado aos meus pais, pelo incentivo, pelo carinho e pelo amor. Aos meus irmãos que sempre torceram por minhas conquistas. Aos meus colegas, que caminharam comigo nesta jornada. E, por fim, a Deus e a todos os seus propósitos escolhidos para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus pela coragem e pela persistência dadas para que eu fosse capaz de seguir os caminhos que Ele preparou para mim. Também sou grata por Ele cuidar da minha família durante meu tempo longe de casa.

Aos meus pais, Jane e Valter, agradeço pela paciência, carinho e amor dados durante esse período de crescimento e aprendizado. Aos meus irmãos, Valter, Letícia e Patrícia, agradeço por me inspirarem todos os dias, de diferentes formas, e me ensinarem sobre dedicação e resiliência. Sem o apoio deles nada disso seria possível.

Agradeço a todos os meus colegas que participaram, diretamente ou indiretamente, da minha vida acadêmica, pelos debates construtivos e pelas trocas de conhecimento. Em especial, sou grata aos meus amigos, Jota, Matheus, Ramon, Angela, Emyllie, Flávia e Luiza, pela lealdade, parceria e, principalmente, por tornarem os meus dias na universidade mais leves e divertidos.

A todos os professores que fizeram parte da minha graduação, agradeço pela dedicação e aprendizado, principalmente ao meu orientador, Daniel Castelan, que me guiou com muita sabedoria durante o processo de escrita.

Me disseram que eu voltei americanizada  
Com o burro do dinheiro  
Que estou muito rica  
Que não suporto mais o breque do pandeiro  
E fico arrepiada ouvindo uma cuíca  
Mas pra cima de mim, pra que tanto veneno?  
Eu posso lá ficar americanizada  
Eu que nasci com o samba e vivo no sereno  
Topando a noite inteira a velha batucada  
(PEIXOTO, Luis, 1940)

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo entender o significado da política cultural nas relações entre Brasil e Estados Unidos nas décadas de 1930 e 1940, a partir do estudo da cantora Carmen Miranda. A contextualização com o período descrito e as políticas externas brasileira e estadunidense apontam Carmen Miranda como sendo uma importante atriz internacional no continente americano, que integrou um movimento de aproximação cultural entre os dois países dentro de um processo de construção de hegemonia dos EUA na região. Nesse sentido, artigos e livros serviram como fontes para a análise de conceitos das relações internacionais e da contextualização do período proposto.

**Palavras-chave:** Cultura. Política Externa. Hegemonia.



## **ABSTRACT**

This research aimed to understand the meaning of cultural policy in the relations between Brazil and the United States in the 1930s and 1940s, based on studies about the singer Carmen Miranda. The contextualization with the described period and the Brazilian and US foreign policies point out Carmen Miranda as an important international actress in the American continent, who was part of a movement of cultural approach between the two countries within a process of building US hegemony in the region. In that regard, articles and books were used as sources for the analysis of concepts among international relations and the contextualization of the proposed period.

**Keywords:** Culture. Foreign Policy. Hegemony.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Carmen Miranda vestida pela primeira vez de baiana, atuando no filme “Banana da Terra” (1938)

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DIP Departamento de Imprensa e Propaganda

OCIAA Office of the Coordinator of Inter-American Affairs

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS</b>	<b>15</b>
2.1	Imperialismo	15
2.2	Hegemonia	16
2.3	Cultura e Relações Internacionais	19
<b>3</b>	<b>RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS</b>	<b>22</b>
3.1	Política Externa Brasileira	22
3.2	Política Externa Estadunidense	26
3.3	A Relação entre Brasil e Estados Unidos	28
<b>4</b>	<b>POLÍTICA CULTURAL E CARMEN MIRANDA</b>	<b>32</b>
4.1	Biografia	33
4.2	Carmen Miranda e o Papel da Indústria Cultural na Década de 30	33
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As indagações propostas nesta monografia buscam explorar e entender as motivações por trás da atuação de Carmen Miranda no cenário internacional com o auxílio da indústria cultural na relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos. A escolha espacial do tema vem da investigação acerca da origem e do avanço da notoriedade brasileira no sistema internacional, principalmente no continente americano, e da propagação cultural como sendo um instrumento de difusão de cultura, que, por diversas vezes, acaba tornando-se um mero padrão construído politicamente para satisfazer interesses ideológicos.

O entendimento da chamada Indústria Cultural relacionada com conceitos que interessam maior abordagem teórica do tema abordado é imprescindível para que possamos entender de que maneira os padrões construídos através da cultura passam a ser relevantes nas relações internacionais direcionado ao conjunto bilateral Brasil-Estados Unidos. Além disso, é necessário discutir de que maneira isso afeta também as individualidades e não somente as sociedades como um todo no sistema internacional. Desse modo, será abordada a efetividade real de domínio que os EUA conseguem exercer internacionalmente pelos meios de comunicação, influenciando em padrões de vida e valores pessoais, de modo que, no campo da política internacional, abrem-se caminhos para que suas decisões sejam aceitas mais facilmente.

Tendo em vista que a política externa é um dos principais instrumentos aplicados pelos governos para a influência e manutenção das relações internacionais (CERVO, 2011, p. 13), a pesquisa sobre a história da política externa tanto brasileira quanto estadunidense torna-se de suma importância para este trabalho. Além disso, a união desse estudo aos instrumentos midiáticos e aos aspectos da diplomacia da indústria cultural permitirão o entendimento do papel de artistas, como Carmem Miranda – foco desta pesquisa –, no sistema internacional de influências. Nesse contexto, os interesses da política externa brasileira do período – a qual estava fundamentada, de acordo com Gerson Moura (1980), por uma competição acirrada entre Alemanha e Estados Unidos no âmbito internacional – e da política externa norte-americana de Roosevelt – baseada na política da Boa Vizinhança, a qual buscava aproximar a América Latina dos seus interesses hegemônicos –, nos permitem visualizar a figura de Carmen Miranda como símbolo da identidade nacional brasileira e latino-americana

capaz de unir ambos os interesses por meio de seus filmes e espetáculos, tanto em nosso país como fora dele, principalmente através do cinema norte-americano.

Em tal contexto, são utilizados elementos que associam a artista ao Brasil, como a imagem da mulher brasileira que canta e samba, retratando o tropicalismo nacional por meio das letras de suas músicas e do seu gingado, de suas vestimentas e adornos. Conhecida como “A Pequena Notável”, Carmem Miranda se tornou uma espécie de símbolo da América Latina, através do seu carisma e visual extravagante. Além disso, suas canções são relevantes como objeto de análise das representações sobre a Nação brasileira. Desse modo, podemos afirmar que a artista auxiliou – mesmo que sem intencionalidade – a difundir a cultura brasileira e legitimar a identidade nacional do país no sistema internacional. O papel da imagem e divulgação de Carmen Miranda nas relações entre o Brasil e os EUA, como meio de promover uma aproximação da Política da Boa Vizinhança, também está associado a um momento em que o cinema é eleito como um meio eficaz para promover essa aproximação favorável aos interesses estadunidenses na América Latina.

Esta monografia, portanto, pretende manifestar a relevância do impacto cultural implementado a partir de políticas externas, e como os Estados Unidos reproduzem uma influência planejada na América Latina através da penetração cultural ideológica, apropriando-se de atores internacionais do âmbito da cultura, como Carmen Miranda. A manifestação indireta dos interesses através da exportação cultural faz parte de um processo estratégico amplo que pretende assegurar o alinhamento Brasil-Estados Unidos e a potencialidade norte-americana perante o novo sistema internacional.

## 2 ABORDAGENS TEÓRICAS E CONCEITOS

Conforme visualizado anteriormente, ao longo deste trabalho iremos discutir a aproximação cultural entre Brasil e Estados Unidos no período entre 1930 e 1945, buscando entender o que ocasionou tal afluência e o significado da promoção de Carmen Miranda como artista nos Estados Unidos. Nesse contexto, são destacadas três abordagens teóricas e conceitos para principiar as análises feitas ao longo deste trabalho, a saber: imperialismo, hegemonia e cultura nas relações internacionais. O desenvolvimento de análise a partir desses conceitos nos levará até nosso objetivo final, que é tratar de Carmen Miranda como uma atriz internacional importante nessa relação cultural bilateral, voltada à consolidação da hegemonia estadunidense no continente.

### 2.1 IMPERIALISMO

O primeiro conceito a ser trabalhado será o imperialismo, visto que o campo capitalista no qual está inserido o século XX pode ser caracterizado pela competição por hegemonias, sendo este um dos principais aspectos do imperialismo. Entretanto, é necessário destacar que o conceito imperialista é abordado de diferentes pontos de vista de acordo com as diferentes teorias estudadas em relações internacionais.

De início, abordaremos a interpretação de Gerson Moura (1980), notável pesquisador sobre a política externa brasileira, para cada um dos princípios. Em um primeiro momento, ele explora o conceito a partir de teorias marxistas, as quais, baseadas em Lenin, caracterizam o imperialismo como um estágio do desenvolvimento capitalista, no qual as relações econômicas mundiais são reconhecidas pela exportação de capitais, e não pela exportação de mercadorias, gerando, assim, uma divisão territorial baseada nas potências capitalistas. Por outro lado, as interpretações não-marxistas de Moura (1980), com base nos estudos do economista inglês Hobson, caracterizam o imperialismo como uma aberração do sistema capitalista, tendo em vista a má distribuição da renda e do consequente subconsumo. Em outra perspectiva, Moura (1980) incita, com base nos estudos do economista e cientista político Schumpeter, que o imperialismo se equipara a uma exploração de cunho pré-capitalista no interior de Estados capitalistas. E, por fim, cita Cohen, um dos mais importantes

pesquisadores da economia política internacional, que enxerga esse expansionismo como um fenômeno de origem e consequência política, sendo o fator principal a dominação política ou econômica de uma nação em relação a outra.

Em suma, o conceito em questão foi construído com a finalidade de entender uma totalidade específica (em um período determinado) e as suas relações, embora o fenômeno da dominação política esteja presente tanto nas relações pré-capitalistas quanto nas atuais. Não tão somente, a sua concepção abastecer uma ideia geral do movimento capitalista, não proporcionando uma resposta para as diferentes maneiras de hierarquia política existentes no mundo.

Gerson Moura (1980) traz, ainda, as explicações do sociólogo Aníbal Quijano sobre as duas maneiras que a prática do imperialismo na América Latina é observada: através da acumulação primário-exportadora e da acumulação de base urbano-industrial. A primeira, segundo os estudos de Quijano, se caracteriza pelo investimento imperialista no setor primário e na organização da produção, na qual os Estados imperialistas agem em função de seus interesses nacionais de dominação imperialista. No segundo, por sua vez, o autor entende que a acumulação está pautada na realidade urbano-industrial, na qual os Estados imperialistas atuam sob uma estratégia global de defesa do sistema, além do domínio.

Tais fatores são relevantes, pois o estudo das relações internacionais diante da perspectiva do imperialismo nos mostra que a distribuição do poder político não permaneceu idêntica o tempo todo. Desse modo, é possível afirmar que, embora seja um conceito que deve ser redefinido a cada período histórico, foi a partir do imperialismo que emergiram novas potências com pretensões hegemônicas e que, além disso, também ocorreu, com o tempo, uma variação das relações de poder diante da esfera internacional.

## 2.2 HEGEMONIA

Até o ano de 1914, o mundo foi conduzido pelo “equilíbrio de poder”, que sucedeu pelo interior do sistema capitalista europeu quando os sistemas europeus rivalizavam entre si. Entretanto, as rivalidades geradas pelo imperialismo expansionista levaram o mundo à guerra, e, desde então, os sistemas de poder foram modificados (FALCON; MOURA, 2003). Ao final da Segunda Guerra Mundial, dois blocos de poder se propagavam: o capitalista – primordialmente sustentado pelos estadunidenses – e o socialismo – retratado pela União



Soviética. Essa realidade nos ajuda a entender melhor o que moveu os Estados Unidos a se aproximarem de países como o Brasil: a necessidade de defesa dos seus ideais perante o sistema internacional e o avanço socialista.

Assim como o conceito imperialista, a noção de hegemonia também possui suas vertentes, mas, para todas elas, o senso principal tende a ser o mesmo: uma relação interestatal de poder envolvendo Estados-nações. Todavia, o que nos interessa aqui é a maneira como essa relação de poder vai ser atribuída se equiparando a uma forma de influência na relação entre Brasil e Estados Unidos no período entre 1930-1945. Segundo Robert W Cox, "[...] indivíduos e grupos podem mover-se de acordo com as pressões ou resistir e se opor a elas, mas não podem ignorá-las." (COX, 1981). Considerando que essas pressões estejam relacionadas ao significado de poder, é possível perceber que a influência hegemônica de um país sobre o outro nunca é imperceptível, mas sempre notada. Isso significa que existem consequências para ambas as partes, tendo em vista que mediante uma resistência bem sucedida perante uma estrutura histórica, é também possível perceber uma configuração no sistema de poderes alternativos e crescentes, caracterizando-a como uma presença rival.

Utilizando também os estudos sobre as categorias de forças de Cox (1981), aponta-se que, mediante capacidades materiais, ideias e instituições, uma nação pode exercer hegemonia sob outra através de diferentes meios. A capacidade material, segundo o autor, seria sua presença hegemônica implantada a partir do seu dinamismo, ou seja, através das suas capacidades tecnológicas, organizacionais, indústria e armamento. Já o poder exercido através das ideias pode ser tanto intersubjetivo – noções historicamente condicionadas das realidades políticas mundiais – quanto imagens sociais diversas e opostas, perpetuadas historicamente. Por fim, as instituições exercem hegemonia como meio de consolidar uma determinada ordem, ou seja, elas fornecem os materiais para atender os conflitos internos e diminuir o uso da força como a conhecemos (COX, 1981, p. 22).

Portanto, são potências hegemônicas aquelas que, além dos requisitos de capacidade econômica, possuem também condições políticas que permitem com que o exercício do poder seja atuado. Considerando também os elementos de Gramsci (1968) para caracterizar uma potência – extensão territorial, população, força econômica, poder militar e paz interna –, é possível afirmar que o país, além desses requisitos, deve também possuir uma expressão

política e uma direção autônoma às atividades estatais, se tornando líder na formação de pactos e alianças, influenciando, assim, outros países (GRAMSCI, 1968, p. 191-192).

Gerson Moura (1991), por sua vez, nos mostra que no contexto de 1930 na América Latina os conflitos ideológicos tinham três formas principais: socialismo, fascismo e liberalismo. Mas do ponto de vista da disputa pela hegemonia, o recuo inglês desde a Primeira Guerra Mundial propiciou o confronto de dois sistemas de poder em constituição: a Alemanha e os Estados Unidos. As duas potências tornaram-se, na década de 1930, os polos de dois sistemas políticos, duas ideologias e duas práticas comerciais antagonicas; de um lado, via-se o autoritarismo antiparlamentar, nacionalista e protecionista; de outro, a liberal-democracia e o internacionalismo livre-cambista. Segundo ele, a América Latina tornou-se, então, o palco não só de uma guerra comercial como de uma acirrada disputa política e ideológica, exatamente no momento em que ganhavam impulso na América Latina o nacionalismo econômico e o autoritarismo antiparlamentar. As correntes nacionalistas não se identificavam necessariamente aos adeptos fervorosos da experiência alemã ou italiana, embora os adversários dos primeiros os tratassem como sinônimos. Isso significa que a polarização típica da época transformava afinidades ideológicas ou de simples política econômica em alinhamentos políticos na ordem internacional. Nesse plano, porém, os EUA levavam vantagem sobre a Alemanha, pois o pan-americanismo se mostrou mais capacitado a ganhar as classes dominantes do que a ideologia nazifascista.

Nesse sentido, Gerson Moura traz características da validação da hegemonia de uma grande potência como os Estados Unidos, a qual idealiza uma política e a difunde de modo brando, sem que seja evidente a intenção de dominar. Essa naturalidade trazia traços de colaboração, com mensagens de identificação a partir de esforços muito bem pensados, mas não transparentes. Tal manifestação passou a ser cada vez mais notável através dos veículos de comunicação social e de expressões artísticas (MOURA, 1991).

Foi nesse contexto que os brasileiros aprenderam a substituir os sucos de frutas tropicais onipresentes à mesa por uma bebida de gosto estranho e artificial chamada coca-cola. Começaram também a trocar os sorvetes feitos em pequenas sorveterias por um sucedâneo industrial chamado kibon, produzido por uma companhia que se deslocara às pressas da Ásia, por efeito da guerra. Aprenderam a mascar uma goma elástica chamada chiclets e começaram a usar palavras novas que foram se incorporando à sua língua falada e escrita. Passaram a ouvir o fox trot, o jazz, o boogie-woogie entre outros ritmos e começaram a ver muito mais filmes produzidos em Hollywood. Passaram a voar nas asas da Panair (Pan American), deixando para trás os "aeroplanos" da Lati e da Condor. (MOURA, 1991, p. 3-4).

Portanto, percebe-se que o domínio de uma nação poderosa pode ser uma condição necessária para que a hegemonia se instaure, mas não é o suficiente. Sabendo disso, os Estados Unidos buscaram uma maneira muito mais intensiva de fazer com que essa hegemonia se instalasse, a partir de um movimento cultural massivo, e a venda do seu *American Way of Life* é a maior prova de que o poder hegemônico efetivo é exercido dessa maneira.

### 2.3 CULTURA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Tendo em vista que a informação é a área mais importante para a intervenção cultural e ideológica (MOURA, 1980), é mister que o ângulo da cultura e da comunicação faça parte do campo de estudo das relações internacionais. A informação, por sua vez, atua através da imprensa, da rádio, de filmes, das análises de opinião pública e da ciência/educação.

Gerson Moura (1991) aponta que a década de 1940 foi marcada, no contexto político-cultural, pela criação de um birô (uma agência política coordenadora de esforços) cujo objetivo era orientar os esforços da presença dos Estados Unidos na América Latina, sendo um propósito mais imediato devido à conjuntura da guerra. Nesse período, as Américas Central e do Sul faziam parte dos planos de dominação mundial das ideologias europeias, como o nazismo e o fascismo. Por esse motivo, os Estados Unidos uniram esforços com o objetivo de retomar a sua presença nessa parte continental. De acordo com Moura (1991), esse “laboratório estratégico” atuou através do estabelecimento de programas educacionais e relações culturais com o uso da informação e da propaganda. Todos os meios de atuação anteriormente citados por Moura (1991) fizeram parte de um vasto conjunto bem-sucedido de ações que propagaram a ideologia norte-americana no sul do continente e, como consequência, no Brasil. Entretanto, tendo em vista que nosso foco é entender o papel de Carmen Miranda nesse cenário, os parágrafos seguintes serão dedicados ao entendimento da atuação do birô através do rádio e dos filmes.

Em se tratando do rádio, os estudos feitos por Gerson Moura (1991) apontam que esse meio de comunicação ocorreu por meio de transmissões diretas dos Estados Unidos – as notícias e alguns programas do país do norte eram editadas e traduzidas para o resto do continente – e por intermédio de estações de rádio locais. O autor destaca aqui que todos os

programas e noticiários eram adaptados para o gosto e vivência brasileiros, de modo que a penetração fosse mais bem aceita e não tão óbvia:

O programa "A marcha da Guerra" entremeava comentários informais às principais notícias do dia, além de entrevistar altas autoridades sobre a "perspectiva brasileira" a propósito da marcha da guerra. Novidades naquele mesmo ano de 1943 foram: "Família Borges" (que colocava uma família brasileira nos Estados Unidos observando o estilo de vida americano); "Barão Eixo" (que procurava responder à propaganda de rádio de Berlim, transmitida para o Brasil); e "O Brasil na guerra" (acentuando a contribuição brasileira aos Aliados). (MOURA, 1991, p. 22).

No cinema, o investimento também foi estrondoso. Segundo Moura (1991), filmes e documentários foram elaborados em proporções ambiciosas com ligações diretas do birô à Hollywood, tendo em vista o alto grau de penetração ideológica da cinematografia. Nesse sentido, a arte foi adaptada para que agradasse o público do sul do continente e obtivessem forças de atuação de personagens ligados aos costumes do sul continental. Além disso, houve também um intercâmbio de artistas das telas de cinema, com a vinda de diversos atores estadunidenses ao Brasil para fomentar a popularidade norte-americana, mas também houve o intercâmbio de artistas brasileiros para Hollywood, como é o caso de nossa Pequena Notável, Carmen Miranda. Foi também nesse cenário que os estúdios da Disney, influenciados pelo Birô, criaram um personagem cujo objetivo era realçar essa relação norte-sul, o popular Zé Carioca, que representaria para nós o mesmo que o Pato Donald como símbolo americano:

Nem é preciso dizer que Donald fica deslumbrado com as paisagens e os ritmos brasileiros e inteiramente "vidrado" na primeira baiana que encontra. [...] Esse encontro histórico feliz se dá num pano de fundo musical escolhido a dedo (Aquarela do Brasil, Tico-Tico no Fubá e O que é que a Baiana Tem?) e conta com um requintado apuro técnico da indústria de filmes de Hollywood. Também aqui se dá o encontro perfeito: a sétima arte americana e o talento musical e coreográfico brasileiro se juntam para produzir um hino à indestrutível amizade entre Donald e Zé Carioca, perdão, entre Estados Unidos e Brasil. (MOURA, 1991, p. 19).

Nesse sentido, Carmen Miranda, assim como muitos outros, se destaca no plano artístico em se tratando de exportações do sul do continente para os Estados Unidos. A artista é reconhecida até os dias atuais no âmbito internacional, principalmente no país norte-americano, e até hoje representa a cultura e a música brasileira. Conforme foi visto, no entanto, essas contribuições internacionais geralmente estavam acompanhadas de um certo "exotismo", de modo que fosse mais bem aceito pela sociedade estadunidense. Por fim, é mister reconhecer os aspectos positivos da diplomacia cultural, pautados na difusão de ideias e conhecimento entre os países. Entretanto, mais importante ainda é perceber que existe certo

preconceito através da orientação dessa troca de culturas e, além disso, uma forte manipulação com objetivos claros de implementação de ideais e influência política.

### **3 RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS**

De acordo com Moura (1982), o entendimento da política externa possui dois condicionamentos. O primeiro é a inserção de uma nação específica em um sistema de poder e sua área de influência, ou seja, a existência de um centro hegemônico e seus aliados. O segundo, por sua vez, está ligado ao fato de que cada nação possui seus próprios funcionamentos internos – suas decisões e conflitos de interesse. Portanto, quando falamos da existência de uma grande potência, estamos falando de uma estrutura a qual está ligada a uma condição assimétrica política, social e, sobretudo, econômica. Desse modo, os aliados serão aqueles que se encontram próximos aos objetivos almejados pelo policymaker (país formulador de políticas), quem irá ditar o sistema de poder e buscar assegurar, através de diversos meios, sua posição de privilégio. Com o tempo, não é incomum que a política externa do aliado subordinado apareça como um ato de decisão puramente autônoma. Por outro lado, entende-se por funcionamentos internos os processos de decisão de um país. Dessa forma, as conjunturas internas do país hegemônico serão sempre tomadas, de acordo com Moura (1982), de modo a assegurar sua posição superior de poder, enquanto as conjunturas internas dos subordinados podem ser direcionadas tanto para a manutenção quanto para o mantimento desse sistema.

Então, a fim de proporcionar um melhor entendimento do período em que Carmen Miranda se consolidou como figura de destaque no âmbito internacional, esta parte do trabalho será dedicada à exposição da relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos durante o período de 1930 a 1945. Para isso, em primeiro plano, será contextualizada a Política Externa Brasileira, e, em seguida, a Política Externa Estadunidense, para que, enfim, possamos entender melhor a relação entre ambos os países no intervalo proposto.

#### **3.1 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1930-1945)**

Utilizando como referência os estudos feitos por Luiz Alberto Moniz Bandeira (2013), podemos alegar que, desde sua separação em relação a Portugal, o Estado-Império, como o Brasil se constituiu, deixou como herança na nação um sentimento de potência na sociedade. Isso ocorreu por conta da ruptura da ordem política, da vasta territorialização e, posteriormente, do esforço de desenvolvimento econômico, buscando uma autonomia perante

seus recursos naturais. Entretanto, no século XX, tivemos, de um lado, os Estados Unidos consolidando sua hegemonia e, de outro, o Brasil inconformado com a dependência da monocultura do café, mediante a industrialização e a diversificação do seu comércio exterior, promovidos como um projeto de Estado depois de 1930.

Essa dependência foi assentada um pouco antes desse século, por meio da adoção da Doutrina Monroe, aplicada através da política externa do Barão do Rio Branco (1903-1912) em união com o presidente norte-americano Theodore Roosevelt. A finalidade dessa prática foi exercer uma aliança tática entre ambos os países a fim de enfrentarem as pressões financeiras advindas da Grã-Bretanha e as ameaças da Argentina e demais países do continente. Essa política tinha como objetivo manter a hegemonia norte-americana sobre o Norte, Centro e Caribe das Américas, e preservar a hegemonia diplomática do Brasil sobre o Sul.

Após 1912, com o falecimento de Rio Branco e a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a política externa brasileira continuou caminhando junto de Washington, reforçando a dependência anteriormente instaurada, pois os Estados Unidos passaram a ser não somente o principal cliente dos produtos brasileiros mas também fornecedores de manufaturas. Esse é um tópico importante, pois nos ajuda a entender as necessidades do processo de industrialização após a Revolução de 1930 — quando Vargas assumiu interinamente a presidência do país com o apoio do Exército — e a indignação do presidente perante a atitude não-recíproca estadunidense.

Ao final da década de 1920, a economia mundial enfrentou grandes desafios com a quebra da bolsa de Nova Iorque. Esse acontecimento, por sua vez, resultou em uma crise econômica global reconhecida como a “Grande Depressão” do mundo capitalista, trazendo consigo, sobretudo, uma onda de pensamento protecionista. Visentini (2004) explica:

A Grande Depressão viria a afetar os próprios fundamentos do capitalismo em escala global, golpeando mais duramente os países mais fortemente integrados ao mercado mundial, como era o caso do Brasil. O país tanto pelo esgotamento do seu modelo interno de monocultura e seus respectivos vínculos externos, como pelas grandes alterações ocasionadas pela crise nas relações internacionais, seria estimulado a impulsionar o seu desenvolvimento econômico por novos caminhos, bem como a redefinir o papel da sua política exterior nas novas circunstâncias. E essa será a tarefa do grupo liderado pelo governador gaúcho Getúlio Vargas, que chega ao poder em 1930. (VISENTINI, 2004, p. 18).

No Brasil não foi diferente, as consequências da “Grande Depressão” foram a adoção de políticas protetivas e a busca por mercados nacionalistas (MOURA, 1982). Aqui entra o papel da Revolução de 30, a qual nasceu desses acontecimentos, resultando no declínio dos antigos sistemas de poder e no surgimento de dois novos possíveis sistemas de poder – o alemão e o estadunidense.

Desse modo, considerando que o poder hegemônico no cenário político brasileiro estava abalado, as condições políticas se mostraram propícias ao surgimento de discursos nacionalistas. Como consequência, os setores do Estado também teriam de se adequar e, dentre eles, a cultura e suas instituições, as quais passaram a ser induzidas, portanto, pela ampla utilização dos recursos nacionais para um desenvolvimento autodeterminado.

Tendo em vista que as revoluções são importantes, na medida em que conseguem modificar padrões políticos e sociais (MOURA, 1982), é imprescindível discutir a política externa brasileira desse período, ressaltando, inclusive, a importância da Revolução de 1930. Embora, de acordo com Moura (1982), essa transformação não tenha atingido o âmbito externo, as mudanças ocorridas no plano interno foram de suma importância para o desenvolvimento do país naquele momento. Por outro lado, o autor afirma que a política externa brasileira estava suscetível ao reordenamento do poder mundial, principalmente.

Embora seja clara a dependência comercial brasileira, é possível afirmar que o Brasil buscou alcançar ao máximo uma autonomia política internacional, com a finalidade de ser livre para negociar com todos os países de acordo com seus próprios interesses. Tal fato pode ser exemplificado pelo episódio em que o Brasil assinou com os Estados Unidos, em 1934 – pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) —, um Tratado de Comércio e, nesse mesmo ano, assinou também um Acordo de Compensação com a Alemanha, tornando-a seu principal fornecedor de manufaturados, até a deflagração da guerra. Segundo Amado Cervo (2008), embora Vargas demonstrasse simpatia pelos regimes totalitários foram a campanha de nacionalização e a proibição da propaganda política e da organização de partidos políticos que impediram que o governo do Estado Novo (1937-1945) se tornasse um dos muitos regimes de identidade, como aqueles que se formavam na Europa. Tais medidas fizeram com que as relações entre Brasil e Alemanha perdessem forças.

Uma hipótese apontada por Gerson Moura (1980) afirma que a política externa nesse período se relacionava muito mais com a conjuntura brasileira se apresentando como uma



política de indefinições, ou, segundo o autor, de “equidistância pragmática” entre os centros hegemônicos emergentes. Isso quer dizer que o Brasil alternava sua aproximação política entre um e outro centro e isso, segundo ele, “[...] ocorre enquanto os ‘sistemas de poder’ rivais possuem uma capacidade semelhante de acesso ao aliado potencial.” (MOURA, 1980, p. 63) Portanto, para o autor, essa política de equidistância produziu significativos ganhos no sistema internacional, agregando para o poder de barganha do governo brasileiro.

As observações direcionadas ao Governo de Vargas, feitas por Carlos Versiani dos Anjos (2009), em 1939, em relação ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), nos ajudam a entender a rápida difusão da imprensa comunicativa e, em seguida, a propagação cultural norte-americana no país. O DIP, por sua vez, é conhecido por difundir a ideologia do regime, tendo como principal veículo a propaganda política através das rádios. De acordo com o autor, a maioria dos estudos que debatem sobre esse assunto sugerem que esse é apenas um instrumento de poder central e autoritário para propagação populista. Entretanto, Anjos (2009) afirma que o DIP não serviu apenas para propagação das ideologias do Estado e da política Varguista mas também como uma intensa produção marqueteira, nas várias áreas da arte e da cultura nacional.

O processo de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos, conforme aponta Moura (1982), ocorreu entre 1940 e 1945. Nesse período, as relações entre América Latina e Europa foram afetadas em decorrência da eclosão da Segunda Guerra, facilitando, portanto, a conquista norte-americana sob o sul do continente. Segundo o autor:

O valor estratégico da aliança que os Estados Unidos procuravam então estabelecer com seus vizinhos latino-americanos não residia, portanto, em sua contribuição ao conflito que o novo sistema de poder iria enfrentar. A aliança, no caso, tinha a ver com a própria constituição do sistema de poder; em outras palavras, o sistema necessitava estabelecer mecanismos de controle do seu conjunto e de cada uma de suas unidades. Por isso, o papel específico atribuído às forças armadas latino-americanas seria o de manter a ordem interna em seus próprios países. Nesse sentido, o estabelecimento de alianças era crucial para o sistema de poder. (MOURA, 1982, p. 586-587).

Portanto, nossa interpretação infere que a Política Externa Brasileira e o interesse nacional do Brasil em relação à aproximação com os Estados Unidos pode ser entendido como um pedido de ajuda, pois seu objetivo era ampliar e consolidar as indústrias de base, diminuindo a dependência e com a finalidade de que existisse também uma melhora na qualidade de vida das populações locais. Entretanto, os Estados Unidos, através do Plano

Marshall, alocaram seus capitais financeiros na Europa para a reconstrução dos países no pós-guerra. Na próxima seção, iremos entender as origens dessas ações através da pesquisa sobre a Política Externa Estadunidense na década de 30.

### 3.2 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA COM A AMÉRICA LATINA

Conforme anteriormente citado, através das leituras dedicadas a Luiz Alberto Moniz Bandeira (2013), os Estados Unidos buscavam a consolidação da sua hegemonia no século XX, enquanto o Brasil buscava a autonomia da produção cafeeira. Segundo o autor, isso ocorreu de fato ao final da Segunda Guerra Mundial, quando o sistema e a política internacional começaram a mudar justamente por conta dessa consolidação hegemônica. Os Estados Unidos, sem terem sofrido diretamente com os impactos físicos e financeiros causados pela guerra, como os demais países soberanos, alcançaram, por conseguinte, a hegemonia sobre o sistema capitalista e colonial, sobrando como ameaça apenas a União Soviética, a qual já projetava seu domínio sobre outros países da Europa Oriental e da Ásia.

Entretanto, Gerson Moura (1980) explica que, anteriormente a essa consolidação, a presença germânica no continente americano afrontava os norte-americanos, pois, a Alemanha além de demonstrar afinidades com os partidos latino-americanos, implementou raízes coloniais em solo brasileiro, trazendo força para os núcleos nazistas. Com o surgimento da crise de 29, os Estados Unidos, diferentemente do resto do mundo, defendiam a recuperação econômica através do livre-comércio. Nesse país, a nova configuração capitalista que surgiu após a Grande Depressão foi caracterizada pela intervenção planejada do Estado na economia, através de investimentos controlados (MOURA, 1982). A América Latina, no que lhe diz respeito, passou a ter maior destaque nesse cenário de recuperação norte-americana, tendo em vista que possui mercado consumidor e ainda é passível de fornecimento de matérias primas. Por esses fatores, os Estados Unidos a tinham na sua mira.

Os Estados Unidos, portanto, na década de 20, se encontravam travados economicamente pela sua política isolacionista em relação à Europa, e esse impedimento, por razões de política interna, fizeram com que a política externa norte-americana se concentrasse América Latina, através da qual poderia renovar seus recursos políticos e materiais para constituição de uma base sólida. Desse modo, a interpretação de Moura (1980) supõe que os

Estados Unidos passaram os seus primeiros trinta anos do Século XX tentando uma reaproximação com seus vizinhos do sul, que por sua vez, exigiam, através das conferências interamericanas, uma maior autodeterminação.

Nesse contexto, em 1933, Franklin D. Roosevelt elegeu-se presidente dos Estados Unidos e teve como proposta a conhecida Política da Boa Vizinhança. Esta política, segundo Moura (1980), se fundava nas ideias de que a presença estadunidense na América Latina não seria mais interventiva, mas que esta nova política reconheceria a igualdade jurídica de todos os países, propondo consultas periódicas – ou seja, intensificação das conferências entre os países americanos – e que, por fim, concordaria em cooperar para o bem de todas as nações da América.

Assim como o Brasil criou o DIP, os Estados Unidos também implementaram um instrumento de balanceamento da propaganda: o OCIAA (*Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*). Segundo Moura (1980), esse órgão tinha como objetivo a persuasão da região latina, com a finalidade de evitar rebeliões na região e impedir que outros poderes externos se aproximassem do continente americano, e isso tudo foi feito de modo que os subordinados não percebessem que estavam sendo manipulados. Mais detalhadamente, de acordo com Antonio Pedro Tota (2012), o OCIAA era composto por três principais divisões: Divisão Comercial e Financeira, Divisão de Comunicações e Divisão de Relações Culturais. Nesse sentido, o autor afirma que, após a entrada estadunidense na guerra, com o ataque Japonês a Pearl Harbor, a propaganda e a cultura passaram a ser também materiais estratégicos (TOTA, 2012). Assim, a divisão do OCIAA que se refere à cultura e suas concordâncias ficou responsável por direcionar projetos e políticas voltadas para a América Latina através de filmes e do rádio, com destaque a este devido seu maior alcance de classes populacionais.

Por isso, no decorrer da década de 1930, mesmo adotando políticas isolacionistas em relação aos países europeus, os Estados Unidos decidiram voltar seus esforços para a América Latina, consolidando, assim, sua área de influência. Em vista disso, o governo do período, mais especificamente de Roosevelt, significou muito na política externa intervencionista, principalmente em se tratando de América Latina. Desse modo, a Política da Boa Vizinhança aparece como protagonista do cenário político internacional, sendo uma maneira de evitar que a influência da Europa seja fixada nas Américas. Moura (1980) ainda indaga que não era

somente uma questão política a intenção estadunidense de se aproximar dos países latinos mas também uma questão estratégica, tendo em vista que se tornou uma contestação securitária possuir um alinhamento com os países latinos.

### 3.3 A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Tendo em vista as apurações feitas por Amado Luiz Cervo (2008), a relação Brasil-Estados Unidos obteve primordial destaque durante a Primeira República, através da I Conferência Internacional Americana em Washington, datada do ano de 1890, a qual tinha como um dos tópicos de discussão a questão da arbitrariedade da América. De acordo com o autor, anteriormente à República, os diplomatas do Império já percebiam a influência norte-americana no país e sua crescente organização de poder, principalmente no continente americano, o que desagradava muito essa classe política imperial, tendo em vista que esta tinha interesses em manter relações sólidas com a Europa. Entretanto, isso passou a mudar, segundo Cervo (2008), pois através da implementação da República no ano de 1889, os representantes políticos republicanos eram favoráveis à propagação do “espírito americano”, que significava que o Brasil estava em um período de aproximação com a América, principalmente em relação aos Estados Unidos. Desse modo, pode-se afirmar, por esse ponto de vista, que a instauração republicana estreitou os laços bilaterais dessa relação Brasil-Estados Unidos.

No mais tardar, através de Rio Branco e os dez anos que sucedem a data de 1902, juntamente com o guindar da potência estadunidense no início desse século, a relação bilateral foi mais uma vez estreitada. Amado Cervo (2008) afirma que essa constrição também interessava a oligarquia brasileira, pois o Brasil encontrava nos Estados Unidos seu maior parceiro comercial e, do outro lado, os Estados Unidos obtinham vantagens estratégicas ao se aproximar do Estado brasileiro. Foi nesse mesmo contexto que a Doutrina Monroe passou a ser vista por Rio Branco como mero instrumento de defesa territorial, cujo objetivo era assegurar a liberdade dos países e a qual permitiria o desenvolvimento de todas as nações do continente americano, evitando que a cobiça europeia chegasse nesse território. Do outro lado, Theodore Roosevelt se encarregou, ao invocar a doutrina, de alocar a América Latina no seu círculo internacional de poder, garantindo que a paz e a ordem fizessem parte do território

americano. Para o autor, essa nova versão da doutrina serviu como uma justificativa para a expansão da política coercitiva estadunidense, reforçando a ideia de que esse país possui o que é necessário para orientar os países menos competentes.

Semelhante às constatações de Rio Branco, Amado Cervo afirma que Joaquim Nabuco – o primeiro diplomata a conduzir o Brasil na embaixada brasileira de Washington – reforçou a importância da presença norte-americana em nossa nação, reconhecendo a sua crescente e poderosa influência no âmbito internacional. Sendo assim, a aproximação com os Estados Unidos se tornava cada vez mais inevitável, tendo em vista que era praticamente impossível crescer individualmente ao passo que crescia a potência norte-americana. No contexto da Primeira Guerra, a inclinação brasileira em favor dos Estados Unidos também fez com que a aproximação Brasil-EUA fosse favorecida. Desse modo, segundo Cervo (2008), houve um rompimento com o intercâmbio comercial relativo à Alemanha e um desligamento também ligado ao Reino Unido. Portanto, a política externa brasileira que antecedeu o período que este trabalho destaca reforçou a consolidação do papel de liderança dos Estados Unidos no continente americano e, como consequência, no Brasil.

Já no decurso da década de 1930, Amado Cervo (2008) aponta as transformações tanto econômicas quanto sociais como sendo relevantes para a política externa brasileira desse período. Embora a essência da relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos não tenha sofrido grandes modificações, o Brasil passou a buscar uma nova maneira de cooperação inteiramente ligada ao seu interesse nacional com o objetivo de implementar uma maior adequação das camadas sociais. Neste período que antecede a Segunda Guerra Mundial, existe uma ênfase histórica sobre a oscilação política brasileira entre Alemanha e Estados Unidos, com destaque ao diplomata Osvaldo Aranha. Nesse sentido, a maior entrave do país norte-americano em relação à nação brasileira estava relacionada à influência alemã; entretanto, a presença de Aranha frente o Ministério das Relações Exteriores agradava os estadunidenses. Esse deslocamento de interesses por parte do Brasil também se sucedeu durante os anos de 1935 e 1941, com o intuito de obter vantagens econômicas e comerciais.

Assim, unindo as informações adquiridas nos subcapítulos anteriores e o estudo de Amado Cervo (2008) referente à política externa bilateral entre Brasil e Estados Unidos no contexto inserido, é possível inferir que a relação Brasil-EUA está pautada na busca pela aproximação estadunidense com as Américas e pelo interesse brasileiro em crescimento

econômico e social. Desse modo, a Política da Boa Vizinhança aliada com os meios midiáticos brasileiros do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), lançado pelo governo de Vargas, permitiu que a imagem do Brasil fosse internacionalizada e que Carmen Miranda pudesse, então, se tornar uma atriz internacional.

Com outro olhar, Monica Hirst (2013) aponta a Aliança e o Alinhamento como sendo os pilares da relação bilateral entre Brasil e Estados Unidos no período que estamos analisando. Para a autora, essa relação começa a ser mais presente a partir do século 20 e depois disso pode-se ter uma noção clara de diferentes fases desse relacionamento. A primeira fase se deu no início da Primeira República e se estendeu até a década de 40, e essa é a que nos interessa para esta pesquisa, tendo em vista o contexto de inserção de Carmen Miranda.

Segundo Hirst (2013), até o século 19, a relação Brasil-EUA era esporádica, e isso só mudou quando a Primeira República Brasileira começou a olhar para a política norte-americana como sendo uma possível inspiração, foi quando os EUA decidiram abrir seu comércio para o nosso café. Conforme também vimos anteriormente, o apoio estadunidense no Governo Republicano Provisório, a credibilidade e a troca entre os dois países cresceu, mesmo em um contexto protecionista. Durante todo o período da Primeira República, os EUA buscaram aprofundar as relações com o Brasil. Nesse momento, o país norte-americano dava suporte para as negociações fronteiriças com Argentina, Guianas Francesa e Inglesa. Em contrapartida, o Brasil apoiava logística e politicamente os EUA no conflito com Espanha. As relações diplomáticas também foram estreitadas com Joaquim Nabuco, o qual buscou criar uma relação de irmandade entre Brasil e Estados Unidos, quando foi embaixador em Washington. Apesar dos esforços, o bom relacionamento e o caminho em que estavam andando as coisas não preveniam as diferenças entre ambos os países no decorrer da Primeira República (HIRST, 2013).

Financeiramente, os laços entre ambos os países se concentraram na área de transações comerciais: entre 1910 e 1914, 38% das exportações brasileiras foram absorvidas pelos EUA, enquanto apenas 1,5% do comércio externo dos EUA era direcionado ao Brasil. Isso foi mudando, principalmente após a Primeira Guerra, quando a importação dos produtos americanos cresceram de 14% para 26%, entre 1914 e 1928. Dados apontam que o aumento da presença dos EUA foi proporcional à diminuição da presença inglesa no país (HIRST, 2013). Esse foi o período em que a autora denominou de Aliança.

A fase do Alinhamento, portanto, segundo Hirst (2013), veio a partir da Revolução de 30 no Brasil, a qual eclodiu num momento de mudanças políticas importantes, que também refletiram diretamente nos países com quem este se relacionava. Isso também aconteceu nos EUA, com a vitória de Franklin Roosevelt em 1932, que trouxe novas expectativas econômicas e políticas após a crise de 29. Conforme vimos anteriormente, as mudanças ocorridas nesse período do lado de lá também afetaram muito a América Latina, quando introduziram a Política da Boa Vizinhança.

Em suma, o Brasil e os Estados Unidos, mesmo com ambições diferentes, atingiram seus objetivos. O Brasil conseguiu definir e legitimar a sua identidade nacional, tendo com a figura de Carmen Miranda, sua representante, como será visto a seguir. Logrou, também, o desenvolvimento das forças armadas e o início de seu projeto siderúrgico. Os Estados Unidos que pretendiam aumentar sua área de influência nas Américas buscando impedir o avanço do nazifascismo também conseguiram apoio dos países latino-americanos.

## 4 POLÍTICA CULTURAL E CARMEN MIRANDA

Com o propósito de aprofundar o entendimento sobre o papel de Carmen Miranda no cenário internacional na década de 30, esta parte do trabalho será dedicada à sua biografia escrita por Ruy Castro e, em seguida, à sua relação com o papel da indústria cultural e a política externa entre Brasil e Estados Unidos.

### 4.1 BIOGRAFIA

Nascida em Portugal no dia 9 de fevereiro de 1909, Maria do Carmo Miranda da Cunha chegou ao Brasil com pouco menos de um ano de idade. De acordo com Ruy Castro, as Marias do Carmo em Portugal normalmente eram chamadas somente de Carmo. Entretanto, suas características físicas foram assemelhadas à cantora de ópera espanhola Carmen de Bizet pela sua família, a qual passou a apelidá-la de Carmen, e, desde então, é como conhecemos a artista. A partir da sua chegada nas américas, pode-se dividir a vida de Carmen em dois períodos: de 1909 a 1939 no Brasil e de 1939 a 1955 nos Estados Unidos.

O período brasileiro da artista é seu período de formação, tanto pessoal como artística. De escolaridade religiosa às contratações pelas reconhecidas rádios da época que se inventavam no Rio de Janeiro, Carmen Miranda construiu sua carreira ímpar como artista do disco, conforme indica Castro (2005). Em 1930, a artista ergueu sua carreira chegando ao fim desse mesmo ano com quarenta músicas gravadas e, segundo o autor, seu começo de carreira foi bastante explosivo. Sua presença era requisitada nas maiores rádios e teatros e, além disso, sua colaboração era querida também por todos os grandes artistas da época – como Chico Alves, Mario Reis, Sylvio Caldas, Carlos Galhardo, Almirante, Aurora – todos os grandes compositores brasileiros tinham passado pela sua voz.

A influência da artista já era bastante notável na sociedade quando em 1938 gravou uma de suas canções mais memoráveis até hoje, escrita por Dorival Caymmi, “O Que É Que a Baiana Tem?”, para o filme “Banana da terra”, cuja baiana representada nas letras remete à tudo aquilo que vem à nossa cabeça quando pensamos na Carmen Miranda com as suas vestimentas de saias rodadas, brincos e balangandãs. Segundo Ruy Castro (2005), a sua participação no filme através da música e da interpretação da baiana inspiraram Carmen para



além das câmeras e, a partir de então, conservou essa imagem da baiana para representação também nos palcos e shows.

Ruy Castro conta que Carmen sustentou sua carreira no Brasil até o ano de 1939, quando embarcou para mais uma jornada profissional rumo aos Estados Unidos. A partir de então, a artista expande sua notoriedade para teatros, cassinos, cinemas e estádios norte-americanos, trazendo maior reconhecimento para si e para o Brasil em Hollywood. Segundo o autor, a artista coleciona um total de quatorze filmes entre as principais empresas cinematográficas, como a Fox, MGM e Paramount. Carmen chegou a apresentar-se, inclusive, para o então Presidente dos Estados Unidos – Roosevelt – e casar-se com um norte-americano, mas Ruy aponta que seu coração ainda estava no Rio de Janeiro, com os Carnavais que não eram comemorados em solo norte-americano. Por fim, a artista veio a falecer em Beverly Hills no ano de 1955, deixando como herança para a cultura brasileira e para a história um imenso arsenal de obras.

Sob outra perspectiva, é possível encontrar em registros artísticos musicais de outros artistas o que Carmen Miranda e seu trabalho representavam para o Brasil e para esses músicos. Em “Brasil Pandeiro”, por exemplo, Assis Valente canta:

Chegou a hora dessa gente bronzada mostrar seu valor  
 Eu fui à Penha, fui pedir à padroeira para me ajudar  
 Salve o Morro do Vintém, pendura a saia eu quero ver  
 Eu quero ver o Tio Sam tocar pandeiro para o mundo sambar  
 O Tio Sam está querendo conhecer a nossa batucada  
 Andou dizendo que o molho da baiana melhorou seu prato  
 Vai entrar no cuzcuz, acarajé e abará  
 Na Casa Branca já dançou a batucada com Ioiô e Iaiá.  
 (Valente, [1940])

#### 4.2 CARMEN MIRANDA COMO ATRIZ INTERNACIONAL NO PERÍODO DE 1930-1945

Tendo em vista que a cultura internacional se constitui por meio de outras culturas (Ribeiro 2011), há uma grande influência cultural mundial entre as nações entre si. Ainda segundo o autor, o papel de artistas - como Carmen Miranda - fazem com que essa propagação seja ainda mais fácil e passível de êxito. A memorável influência de Carmen Miranda, por sua vez, fora e ainda é inegável, portanto, a partir das análises anteriores, infere-se que a ida da artista aos Estados Unidos, bem como a repercussão da sua carreira,

teria sido impulsionada pela Política da Boa Vizinhança - sem tirar os méritos do seu próprio talento, pois, seguramente, seu carisma e personalidade auxiliaram nesse alavancamento profissional.

Kárita Bernardo de Macedo afirma que foi o crescente nacionalismo brasileiro no contexto e o momento histórico internacional do crescente número de governos ideológicos ao redor do globo que influenciaram a atitude estadunidense de se impor diante do país, devolvendo ao Brasil o sentimento de dependência (Macedo, 2013). A autora afirma ainda que a comunidade cultural criada foi responsável pelo processo de trazer à realidade uma identidade nacional - apontada como Carmen Miranda - capaz de interagir com as sociedades através da sua música, da sua arte e de suas performances, as quais se encaixavam no discurso governista popular atraente com o intuito de alimentar a imagem de o que é ser brasileiro, mesmo que de maneira estereotipada e forjada.

Aqui é interessante destacar a imagem visual que Carmen carregou consigo. Conforme citado anteriormente, a Carmen “baiana” como conhecemos foi somente encontrada teatralmente a partir dos anos 1939, a partir do filme “Banana da Terra”, e, a partir de então, acompanhou a artista até os palcos norte-americanos.

Em Banana da Terra, Carmen inaugurou uma prática que nunca mais abandonaria: terminada a filmagem, conservou a baiana para usar em seus shows. E, pressentindo a força de “O que é que a baiana tem?”, dois meses antes de o filme ser lançado, resolveu incluir uma nova baiana em seu guarda roupa. (RUY CASTRO, 2005)

**Figura 1** – Carmen Miranda vestida pela primeira vez de baiana, atuando no filme “Banana da Terra” (1938)



**Fonte:** CARMEN MIRANDA [...] (1938)

Kárita afirma que, embora a sua imagem geralmente seja ligada à essa baiana retratada na imagem, seus aspectos eram todos adaptados de acordo com as diferentes intenções políticas que a rodeavam (Macedo, 2013).

Durante sua carreira no Brasil, Carmen dava uma imagem a nação brasileira através dos versos de suas canções elogiosas do povo e das belezas naturais brasileira [...]. Ao partir para os Estados Unidos e adentrar o universo cinematográfico hollywoodiano, a cantora se transforma efetivamente na “baiana” exótica e tropical, simbiose cinematográfica de tudo o que é latino, ao mesmo tempo em que age como mediadora das relações entre esse país e a América Latina no contexto da Política da Boa Vizinhança (1933-1945). (Macedo, 2013, p.3)

Assim, a autora analisa os sentidos atribuídos a Carmen Miranda entre a década de 1930 e a primeira metade da década de 1940, e conclui que no início de sua carreira sua imagem está direcionada ao nacionalismo brasileiro e à modernidade almejada, já durante a sua ida aos Estados Unidos, e a partir de então, o papel da imagem da artista está diretamente relacionado com a relação bilateral entre os dois países.

Desse modo, é possível afirmar que o papel de Carmen Miranda nas Relações Internacionais é destacada principalmente no que diz respeito à construção da imagem brasileira no exterior, especialmente nos Estados Unidos. E isso tudo se deu graças ao papel da Indústria Cultural, a qual era um dos principais meios de comunicação durante o período sinalizado (Moura 1984). Assim, a artista passou a ser um importante instrumento de diálogo entre Brasil e Estados Unidos, tornando-se, não somente a atriz das telas cinematográficas, mas também uma atriz internacional, performando principalmente através da Política da Boa Vizinhança, oferecendo ao Brasil uma popularidade e reconhecimento que antes não existia.

## 5 CONCLUSÃO

Conclui-se com este trabalho que o papel assumido por Carmen Miranda nas Relações Internacionais entre Brasil e Estados Unidos no período de 1930-1945 foi o de promover uma aproximação cultural instaurada por interesses políticos e ideológicos. Pois, enquanto a artista participava de grandes papéis nas telas de cinema, atuava também, indiretamente, no cenário internacional das relações.

A teoria imperialista, por sua vez, auxilia no sentido de compreensão da origem da estrutura de influência mundial, como sendo, de modo geral, uma prática expansionista de exploração entre um país favorecido e outro menos favorecido. No contexto trazido por este trabalho, a dominação política através da cultura praticada pelos Estados Unidos perante o Brasil, e a América Latina como um todo, pode ser entendida como uma tentativa de imperialismo disfarçado, se aproximando da interpretação de Moura (1980) sobre a segunda prática imperialista na América Latina de acordo com o sociólogo Aníbal Quijano em que o Estado hegemônico atua sob uma estratégia de domínio e defesa do seu sistema opressor. Isso pode ser, de fato, percebido através da relação entre Brasil e Estados Unidos entre 1930-1945, tendo como uma de suas estratégias a indústria cultural a qual é amplamente representada por diversos artistas, mas, principalmente, Carmen Miranda.

O conceito de hegemonia apontado através de Cox (1981) e Gramsci (1968), por sua vez, foi muito mais diretamente tratado durante o desenvolvimento deste trabalho, pois, conforme apontam os acontecimentos históricos e as pesquisas deste trabalho, os Estados Unidos alcançaram uma posição de privilégio diante do globo, consolidando, assim, sua hegemonia. Além disso, os Estados Unidos não só possuem sólidas condições políticas de atuação de poder, como também possuem e criam algumas ferramentas para que a sua influência seja mantida, principalmente, diante da parte sul do continente americano.

A cultura foi, de fato, o principal meio pelo qual o imperialismo norte-americano atuou, e foi através da mesma que a hegemonia se instaurou. Conforme o próprio Edgard (2011) afirma, nossa cultura é tão abastada e competente como qualquer outra, que não é por estarmos numa posição “inferior” internacionalmente se comparado a outro país que isso nos torna mais ou menos desenvolvidos intelectualmente. Muito pelo contrário, a cultura expressa a realidade de um povo e é através dela que aprendemos a ser valorizados e nos valorizarmos

por aquilo que de fato somos. Não tão somente, as diferenças culturais nos auxiliam no entendimento do dinamismo mundial e pessoal, de modo a proporcionar o autoconhecimento e a conviver em sociedade.

Tendo em vista que a política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como as conjunturas políticas, interna e externa (MOURA, 1980, p. 42-43), o papel do entendimento das políticas externas de ambos os países envolvidos nesse relacionamento bilateral no período proposto é de extrema importância. Assim, no contexto brasileiro da Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas, as modificações ocorridas foram favoráveis para o desenvolvimento da política de barganha a qual estava disposta a manter boas relações com possíveis países investidores a fim de industrializar o Brasil. Além disso, o governo autoritário de Vargas trouxe uma ferramenta importantíssima para o tema deste trabalho que são os meios de comunicação - entre eles o DIP - , através dos quais Carmen Miranda se destacou.

Os Estados Unidos, por sua vez, adotaram uma política de liderança frente aos países latinos com o interesse estratégico de manter sua proteção territorial no contexto da guerra, além de garantir bons aliados no continente com o objetivo também de se manter hegemônico no plano internacional. Para tanto, a Política da Boa Vizinhança se tornou protagonista nessa história, pois foi através e em prol dela que as propagandas políticas impulsionaram a carreira de Carmen Miranda.

Acomodada em sua brasilidade, a artista, portanto, soube representar todas as classes sociais brasileiras, embora a “baiana” seja a imagem mais lembrada quando mencionamos o seu nome. Carmen vestia-se “bonito” aos padrões do Estado Novo, mas falava com gírias do “morro”; suas canções traziam tudo aquilo que representava o Brasil: carnaval, nacionalismo e malandragem. Seu talento em união ao que buscavam, tanto o Brasil quanto os Estados Unidos, a transformou em uma atriz não só das telas de cinema, mas uma artista exportadora da cultura brasileira cujo papel era acelerar os processos de aproximação bilateral entre ambos. Tal reflexão poderia também ser feita na atualidade, através de Anitta. As características anteriormente citadas se encaixam perfeitamente com a personalidade da cantora e seu alcance internacional é inegável.

Desse modo, é possível entender as ações hegemônicas e imperialistas tomadas pelos Estados Unidos perante o Brasil, e a América Latina como um todo, que ocorrem na esfera da

política externa com o objetivo de manter um sistema de poder favorável aos seus interesses. Além disso, faz-se compreensível a justificativa de que algumas dessas atitudes tendem a ser tomadas minuciosamente, sem deixar a entender que este é seu real intuito, conforme ocorreu através da diplomacia cultural cuja imagem representante se deu por Carmen Miranda.

Por fim, embora sua nacionalidade não admitisse o Brasil, Carmen tinha era um coração brasileiro e, por isso, entendia tão bem a música brasileira. Assim, a portuguesa mais brasileira que muitos brasileiros conquistou reconhecimento, não só nos Estados Unidos e na América Latina, mas também o globo todo através da sua arte.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Carlos Versiani dos. **Um Novo Olhar Sobre o DIP: uma revolução na arte da propaganda e do marketing cultural**. Belo Horizonte: Faculdade Pitágoras, 2009, 17f.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARMEN MIRANDA e **bando da lua no filme Banana da Terra**. [S. l.]: Museu Carmem Miranda, 1938. 1 fotografia. Disponível em: [http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=-1&busca=banana%20da%20terra&operador=and&museu=5&num\\_interno=1&flag=1](http://www.museusdoestado.rj.gov.br/sisgam/index.php?qresultados=1&pagina=-1&busca=banana%20da%20terra&operador=and&museu=5&num_interno=1&flag=1). Acesso em: 30 jun. 2022.

CASTRO, Ruy. **Carmen, uma biografia**. São Paulo: Schwarcz, 2005.

CERVO, Amado Luiz. **História da política exterior do Brasil** / Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. – 4.ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

COX, Robert. **Social forces, states and world orders: beyond International Relations theory**. (1981) In: KEOHANE, Robert (ed.). *Neorealism and its critics*. Nova York: Columbia University Press, p. 204-254

HIRST, Monica. **Understanding Brazil-United States Relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013.

MACEDO, Kárita Bernardo. **Carmen Miranda e nacionalismo na década de 1930**. DAPesquisa - Revista do Centro de Artes da UDESC - Ceart, v. 9, p. 380-392, 2012.

MACEDO, Kárita Bernardo. **Perfis de Carmen Miranda, sua imagem e performance como linguagem na modernidade**. Tempos Históricos, v. 17, 1º semestre, 2013b, p. 263-292.

MOURA, Gerson; FALCON, Francisco. **A Formação do Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

MOURA, Gerson. **A Revolução de 30 e a Política Externa Brasileira: ruptura ou continuidade?**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: A penetração cultural americana.** Tudo é história. 7ª ed. Editora Brasiliense, 1991.

**OIKOS REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

PEIXOTO, Luiz. **Disseram que voltei americanizada.** Letra Mus, [S. 1.], [1940]. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/luis-peixoto/824365/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia Cultural: Seu papel na Política Externa Brasileira.** Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2011.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra.** 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALENTE, Assis. **Brasil Pandeiro.** Letra Mus, [S. 1.], [1940]. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/assis-valente/221597/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à Política Externa Independente.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.